

Políticos querem redução do período das campanhas

GANHA CORPO NO SENADO UMA ARTICULAÇÃO ENTRE AS LIDERANÇAS DE PARTIDOS ALIADOS E DE OPOSIÇÃO PARA MODIFICAR AS REGRAS ELEITORAIS, REDUZINDO O TEMPO DE PROPAGANDA ELEITORAL NO RÁDIO E NA TV

Líderes de partidos aliados e de oposição no Senado estão se articulando para modificar as regras partidárias e eleitorais em tempo de reduzir o período e os custos das campanhas já nas eleições gerais de 2006. "Nossa idéia é aprovar alguma coisa já nesta semana", antecipa o senador Romero Jucá (PMDB-RR), ao destacar que todos os partidos estão preocupados em reduzir os gastos na disputa do ano que vem. No embalo da crise política que envolve financiamento ilegal de candidaturas, os políticos querem cortar pela metade o período de campanha política e de horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão. Falam, ainda, em encerrar a era dos marqueteiros, proibindo os showmícios e a exibição de cenas externas nos programas eleitorais.

É com este discurso que parlamentares do PT, PFL, PMDB e PSDB mobilizam-se para aprovar as mudanças até 30 de setembro, já que a lei obriga à fixação das regras pelo menos um ano antes da eleição.

A idéia é aproveitar a iniciativa do presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), que apresentou ontem, da tribuna, sua proposta para moralizar a campanha eleitoral, limitando gastos e doações. Seu projeto deve ser o ponto de partida para a proposta de consenso que começa a ser discutida hoje, na Comissão de Constituição e

Justiça do Senado, presidida pelo pefelista Antonio Carlos Magalhães (BA). Para dar tempo aos deputados de participar do debate e aprovar as mudanças, o projeto deverá tramitar em regime de urgência.

"Tenho conversado muito com o PFL e com o presidente Sarney (PMDB-AP) e estamos muito próximos de um entendimento, pois nossas preocupações são as mesmas", anuncia o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). A seu ver, a crise se deve ao padrão de financiamento das campanhas, que têm um custo muito elevado que a sociedade não quer bancar. "Estamos nos movimentando, na verdade, para reduzir a taxa de risco eleitoral porque, do jeito que estão as campanhas, todo mundo fica exposto", completa Jucá, que pretende disputar o governo de Roraima no ano que vem.

Pressa - Peemedebistas e pefelistas falam agora em apressar a aprovação de uma proposta dos senadores, dando tempo aos deputados para que discutam e até aprimorem o projeto antes de 30 de setembro. Se depender do PFL, os 90 dias regulamentares de campanha eleitoral serão resumidos a 45 dias. O projeto Bornhausen também reduz o tempo de rádio e televisão aos 35 dias anteriores à antevéspera das eleições federais, estaduais e distrital. Nas disputas de prefeitos e vereado-

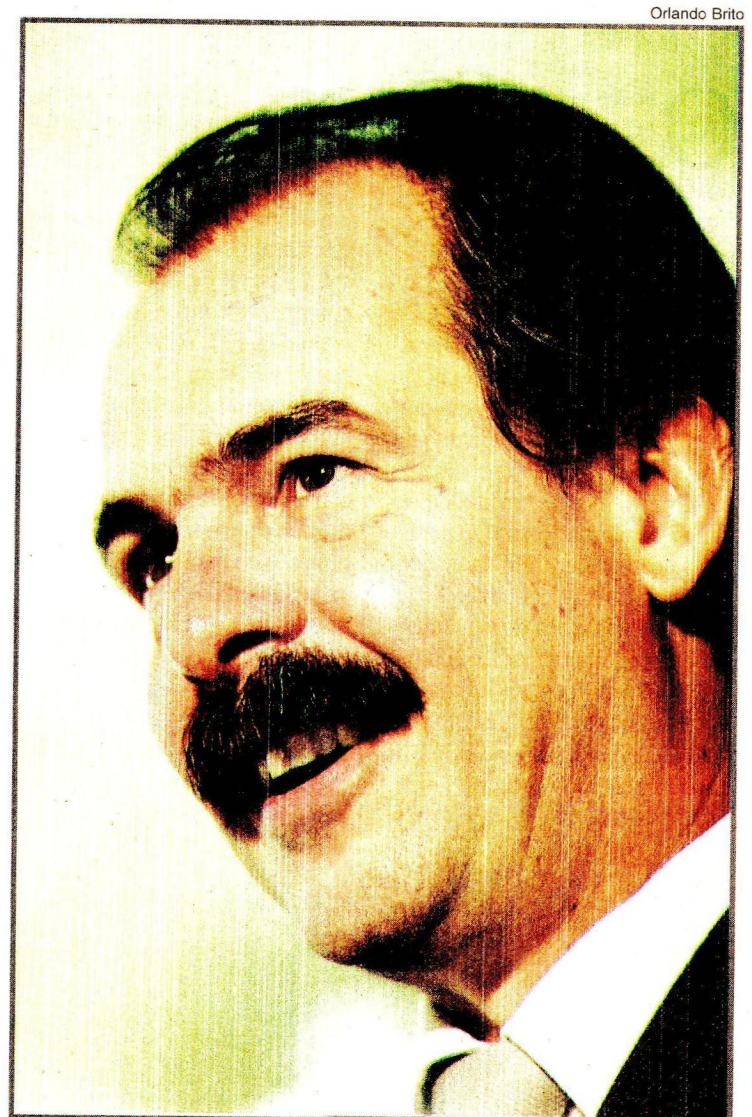


Bornhausen tem projeto para início dos debates

res, seriam apenas 20 dias de horário eleitoral. Mercadante é ainda mais duro: propõe 30 dias de campanha no rádio e tevê e ainda sugere que o tempo do

programa - uma hora diária - seja reduzido.

Além de proibir doação de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, como fundações e entida-



Mercadante negocia em nome do governo

des beneficentes, Bornhausen sugere que também as empresas que tenham negócios com a administração pública sejam proibidas de financiar candidaturas

e partidos políticos, sob pena de terem seus contratos anulados. "Isso acaba de vez com a doação das empreiteiras", enfatiza o senador pefelista.

Carlos Humberto

Orlando Brito